



CHILE / Grande surpresa nas eleições realizadas no último fim de semana, candidatos independentes conquistam cerca de 46% dos votos e vão formar o bloco dominante na convenção que vai redigir a nova Constituição do país

Um forte recado à política tradicional

Na reta final da apuração das eleições do último fim de semana, uma constatação desconcertou a política tradicional do Chile: os candidatos independentes surpreenderam e saíram das urnas com cerca de 46% dos votos. Com isso, vão representar o bloco dominante da Convenção Constituinte que vai redigir a nova Carta Magna do Chile. Uma evidência, segundo analistas, de que os partidos convencionais não souberam canalizar as reivindicações e insatisfações expostas pela população nos últimos anos.

A derrota aos políticos históricos — de direita e de esquerda — foi vocalizada, logo cedo, pelo presidente chileno, o conservador Sebastián Piñera, quando a contagem chegava aos 90% dos votos. “Nessas eleições, os cidadãos enviaram uma mensagem clara e forte ao governo e também a todas as forças políticas tradicionais: não estamos sintonizando adequadamente com as demandas e os desejos dos cidadãos e estamos sendo desafiados por novas expressões e por novas lideranças”, afirmou.

As queixas do eleitorado, que resultaram na Constituinte, reentraram eco em ativistas sociais, professores, escritores, jornalistas ou advogados, entre outros. O menor apoio aos partidos tradicionais, de direita ou esquerda, se traduz em uma ruptura da classe política com os cidadãos, algo que ficou patente nas ruas, mas que agora foi demonstrado nas urnas. “É novamente uma rejeição à classe política”, afirmou Claudia Heiss, diretora do departamento de Ciência Política do Instituto de Assuntos Públicos da Universidade do Chile.

Dos 155 eleitos como constituintes, pela primeira vez de forma paritária e com a inclusão de 17 cadeiras reservadas para representantes dos povos originários, as duas listas que aglutinam candidatos que vão da centro-esquerda ao Partido Comunista — Lista Apruebo e Apruebo Dignidad — registraram 33,20% dos votos. A lista unificada da direita, Vamos por Chile, recebeu 20,56%, um resultado abaixo do esperado.

O grupo acreditava que teria ao menos um terço dos representantes na Convenção. Ou seja, o segmento político terá um grau de in-

Rodrigo Arangua/AFP



Contagem de votos em seção de apuração em Santiago: comparecimento de 43,3% é inferior ao do referendo de 2020

tervenção irrisório nos trabalhos de redação da futura Carta.

Para a aprovação dos artigos da nova Constituição, que substituirá a editada na época da ditadura de Augusto Pinochet, serão necessários os votos de dois terços da Convenção. A decisão foi estabelecida em novembro de 2019, quando quase toda a classe política do Chile aprovou um plebiscito para mudar o texto atual como saída democrática após semanas de protestos, incluindo alguns muito violentos.

A direita também sofreu uma dura derrota nas disputas para prefeitos e governadores, que aconteceram de maneira paralela. Em Santiago, a candidata do Partido Comunista, Iraci Hassler, derrotou o atual prefeito, o conservador Felipe Alessandri.

“O Chile começa um novo ciclo, não sabemos quanto vai durar nem a profundidade que vão alcançar as mudanças associadas à instituição da nova Constituição que será escrita”, disse o analista

Essa é a voz cidadã fazendo as normas. A classe política fala de ler a cidadania. Nada de saber ler”

Claudia Heiss, diretora do departamento de Ciência Política do Instituto de Assuntos Públicos da Universidade do Chile

da direita Gonzalo Cordero, em uma coluna no jornal *La Tercera*.

“Legitimidade”

Para Claudia Heiss, o êxito das candidaturas independentes “dá um caráter muito mais cidadão e com muito mais legitimidade” à nova Carta Magna. “Essa é a voz cidadã fazendo as normas. A classe política fala de ler a cidadania. Nada de saber ler! Essa é a cidadania presente na convenção, não vai ser passada pelos dirigentes

políticos tradicionais, e isso é algo que os dirigentes políticos não viram que aconteceria, nem a direita nem a centro-esquerda”, disse a analista.

Segundo ela, o resultado é a forma como se transfere “a explosão social ao nível institucional” para atender os pedidos da população, como educação de qualidade ou pagamento de pensões dignas. “Isso, sim, é mais parecido com o que a mobilização social estava esperando. Parece muito mais com o que aspirava o movi-

mento social do que com o que o sistema político jamais pensou”, completou Claudia Heiss.

Por sua vez, Marcelo Mella, da Universidade de Santiago de Chile, destacou que o resultado não significa que os partidos políticos não terão um papel importante na redação da nova Constituição. “O sistema de partidos tem terremotos que passam. Se Pinochet não o exterminou, acho que não vai acontecer agora”, declarou à agência de notícias France-Press (AFP).

Outra evidência da insatisfação do eleitorado está no comparecimento às urnas, que ficou em 43,3% de eleitores, menos do que os 51% que votaram no referendo de 25 de outubro do ano passado, quando a pandemia da covid já atormentava. De acordo com os dados do Serviço Eleitoral (Servel), na dupla jornada eleitoral inédita (para evitar aglomerações), 6.458.760 pessoas votaram, de uma lista de 14.900.190 eleitores, o que dá uma participação de 43,35%.

EUA

Aborto na pauta da Suprema Corte

Atualmente com maioria conservadora, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu examinar um caso que pode colocar em xeque a sentença histórica de 1973 que legalizou o aborto no país. Os nove juízes — três dos quais foram nomeados pelo ex-presidente republicano Donald Trump — vão julgar no próximo período de audiências, que começa em outubro, uma lei do Mississippi que proíbe a maioria das interrupções de gestações a partir da 15ª semana de gestação.

“Os sinais de alerta soam com força ante a ameaça aos direitos reprodutivos”, advertiu Nancy Northup, presidente e diretora-executiva do Centro de Direitos Reprodutivos, que empreendeu ações contra a lei do Mississippi. “A Suprema Corte acaba de aceitar estudar um texto que, sem dúvida, viola quase 50 anos de suas próprias decisões”, acrescentou.

Opositores do aborto, de outro lado, receberam com entusiasmo a iniciativa da mais alta instância judicial americana. “Essa é uma oportunidade histórica para que a Suprema Corte reconheça o direito dos estados de proteger as crianças que ainda não nasceram dos horrores dos abortos tardios e dolorosos”, declarou Marjorie Dannenfelser, presidente do grupo Susan B. Anthony List.

Esse será o primeiro caso envolvendo o direito ao aborto tratado pelo mais alto tribunal dos Estados Unidos desde que Trump, que deixou a Casa Branca em 20 de janeiro passado, consolidou a maioria conservadora na Corte.

Pela falta de um marco legislativo nos Estados Unidos, foi a Suprema Corte que reconheceu o direito das mulheres ao aborto, em uma decisão emblemática de 1973, intitulada *Roe vs. Wade*. O caso especificou que as mulheres podem abortar enquanto o feto ainda está “inviável”, o que corresponde a 22 semanas de gestação.

Leis

Uma parcela da população, especialmente nos círculos religiosos, continua a se opor veementemente à interrupção voluntária da gravidez. Dessa forma, estados conservadores têm aprovado leis para restringir o acesso das mulheres ao procedimento, o que levou muitas clínicas a fechar.

Essas regras, porém, contradizem diretamente a estrutura estabelecida pela Suprema Corte, incluindo aquelas que proíbem todos os tipos de aborto ou limitam o procedimento às primeiras semanas de gravidez. Por isso, têm sido sistematicamente revogadas pelos tribunais.

Aprovada em 2018, a lei do Mississippi proíbe o aborto após a 15ª semana de gravidez, exceto em casos de emergência médica ou anomalias fetais graves. Foi bloqueada duas vezes: em primeira instância e, depois, em recurso. Seus autores decidiram, então, entrar com um recurso na mais alta corte do país, que poderia ter se negado a revisar o caso, como costuma fazer, o que teria validado as decisões dos tribunais inferiores.

Ao aceitar examinar a apelação, a Suprema Corte sugere, segundo analistas, que poderá influir nas mesmas. O tribunal não informou qual foi sua motivação, mas indicou que desejava se limitar a contestar uma questão jurídica: “Todas as proibições ao aborto antes da viabilidade do feto são contrárias à Constituição?”

Especialistas estimam que a corte não invalidará por completo a sentença do caso *Roe vs. Wade*, mas poderá reduzir o seu alcance ao dar cada vez mais liberdade aos estados para proibir o aborto, o que ameaça aumentar as diferenças territoriais no país. Segundo o Centro de Direitos Reprodutivos, além do Mississippi, outros 12 estados americanos aprovaram, desde 2019, leis que proíbem o aborto em várias etapas da gestação.

ORIENTE MÉDIO

Biden se manifesta a favor de cessar-fogo

Em conversa telefônica, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, disse, ontem, ao primeiro-ministro Benjamin Netanyahu que é a favor de um cessar-fogo no confronto entre israelenses e palestinos. O chefe da Casa Branca, porém, absteve-se de exigir abertamente uma trégua, no conflito, que entra hoje no nono dia e já deixou mais de 200 mortos.

“O presidente (Joe Biden) expressou seu apoio a um cessar-fogo e discutiu o compromisso dos Estados Unidos com o Egito e outros parceiros com esse objetivo”, informou a Casa Branca. Biden tem resistido a se juntar a outros líderes mundiais e a grande parte do Partido Democrata para pedir publicamente um

cessar-fogo imediato em Israel.

No comunicado, a Casa Branca informou que Biden reiterou o que tem sido sua mensagem principal até agora: “seu forte apoio ao direito de Israel de se defender de ataques indiscriminados com foguetes”. Destacou ainda que o presidente americano “encorajou Israel a fazer todos os esforços para garantir a proteção de civis inocentes”.

A Casa Branca, no entanto, evitou condenar qualquer aspecto dos ataques militares israelenses em andamento, afirmando que o aliado próximo dos Estados Unidos tem o direito de responder pela força aos foguetes lançados pelo Hamas, que governa a Faixa de Gaza.

Ahmad Gharabli/AFP



Ontem, pela terceira vez em uma semana, os Estados Unidos se opuseram à adoção de uma declaração do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o conflito israelense-palestino, o que o levou a convocar para hoje uma nova reunião de emergência a portas fechadas. Elaborado por China, Tunísia e Noruega, o texto tinha sido apresentado na noite

de domingo aos 15 membros do Conselho de Segurança.

Libano

Paralelamente aos confrontos com palestinos, um novo embate teve início, entre Israel e Líbano. Forças israelenses dispararam tiros de artilharia na direção do sul do país vizinho após o lançamento, sem sucesso, de foguetes contra

Sistema de defesa israelense é acionado para interceptar foguetes lançados da Faixa de Gaza

seu território. “Detectamos seis tentativas de lançamento do Líbano”, informou o exército israelense, acrescentando que revidou “na direção do ponto de lançamento”.

O alerta sobre a possibilidade de expansão do conflito foi, por sinal, emitido pelo chefe do Estado-Maior dos Estados Unidos, o general Mark Milley. “Ninguém nega a Israel o direito de se defender”, afirmou, assinalando, porém, que “civis estão sendo mortos, crianças estão sendo mortas”.

Perguntado sobre um possível envolvimento iraniano em apoio ao Hamas, Milley observou que “esse nível de violência está desestabilizando além dos limites de Gaza”. “Na minha opinião, desescalada é o que deve ser feito, neste momento, por todas as partes envolvidas.”